

PROBREZA MENSTRUAL E SEUS IMPACTOS:

*Relatos de
uma Natal
que sangra!*

Francisca Pires



SUMÁRIO

POBREZA MENSTRUAL E SEUS IMPACTOS: RELATOS DE UMA NATAL QUE SANGRA.	3
É sangue!	5
A generosidade de uma mãe que também sangra	7
Fora Bolsonaro	9
Mulher de fases	11
Do útero de Héliida	12
Projeto Luas	14
O que dizem as Leis	16
Agradecimento	17



POBREZA MENSTRUAL E SEUS IMPACTOS:

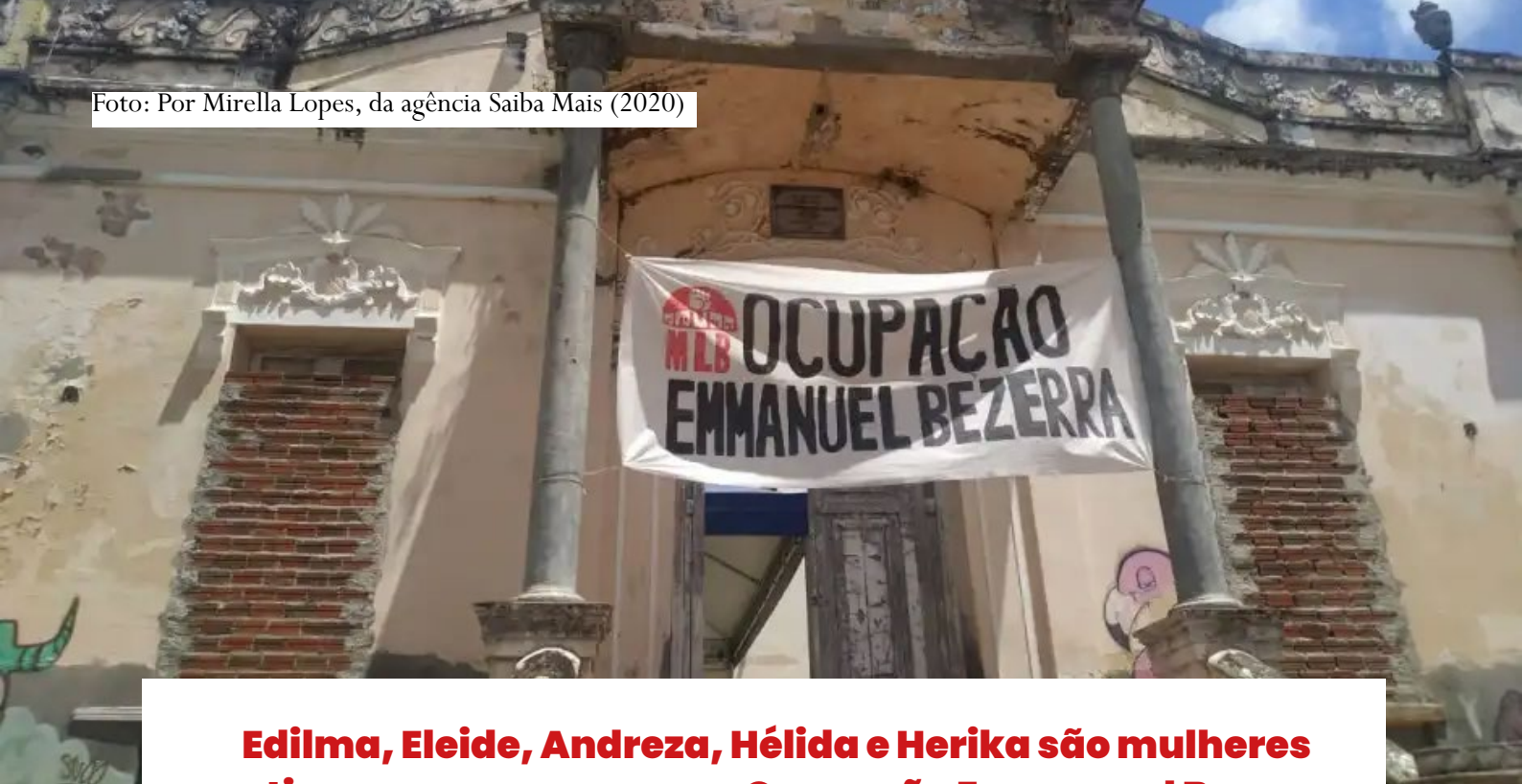


RELATOS DE UMA NATAL QUE SANGRA.

Autora: Francisca Pires

Orientador: Antonino Condorelli

Diagramação: Sandro Gomes



Edilma, Eleide, Andreza, Héliida e Herika são mulheres potiguares que moram na Ocupação Emmanuel Bezerra e já viveram a experiência aterrorizante de não ter como manejar corretamente a própria menstruação.

Com medo, envergonhadas e, até mesmo, humilhadas. É assim que se descrevem muitas mulheres que vivenciaram, durante algum período da vida, ou ainda vivenciam a pobreza menstrual. O conceito de “pobreza menstrual”, que também ficou conhecida como precariedade menstrual, busca reunir e sintetizar todos os pontos negativos que existem por trás da falta das condições necessárias para a administração e cuidado da menstruação. Representa, portanto, uma grave violação de direitos, visto que desde 2014, Organização das Nações

Unidas (ONU) considera o acesso à higiene menstrual uma questão de saúde pública e de direitos humanos.

Ainda que a menstruação seja um processo natural inerente a toda pessoa que tem útero, sendo elas: meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias, o tema ainda é um tabu na sociedade e a promoção da dignidade menstrual, apesar de ser um direito muito importante, se tornou uma pauta com relevância apenas nos últimos anos.

Por muito tempo e até mesmo hoje, muitas pessoas consideram absorventes itens de luxo e não de necessidade básica, ignorando assim da-

dos que ligam a pobreza menstrual como causa de evasão escolar de meninas e mulheres ou de infecções e graves doenças causadas pelo manejo irregular ou soluções improvisadas de conter o sangramento mensal. Para além das consequências biológicas, tem-se ainda uma clara tentativa promovida pelo patriarcado de negar acessos e enclausurar mulheres socialmente.

A criação de projetos de lei que promovam a distribuição de absorventes descartáveis para pessoas que menstruam é uma necessidade e faria muita diferença na vida de mulheres como Edilma, Eleide, Andreza, Héliida e Herika. As po-

tiguares são moradoras da Ocupação Emmanuel Bezerra, localizada no bairro da Ribeira, em Natal. Algumas são moradoras desde a época que a Ocupação estava no antigo prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), outras chegaram já no novo endereço, mas todas já viveram a pobreza menstrual em algum momento da vida. Das cinco mulheres, quatro são pretas, e desde a mais velha, de 55 anos, até a mais nova, de 14, os relatos demonstram como o manejo inadequado do próprio ciclo menstrual afeta física e psicologicamente mulheres e meninas.

E sangue!

“Edilma, seu short tá sujo!”. A menina sorridente que brincava de amarelinha na rua fez pouco caso do espanto da amiga sobre o estado do short branco que usava naquele dia. “É lógico que tá sujo, ele é branco e estou brincando na rua, só pode estar sujo mesmo”, respondeu com um ar debochado de quem acaba de ouvir uma afirmação muito óbvia. A impaciência, no entanto, rapidamente se transformou em espanto, medo e vergonha quando em resposta ouviu de sua amiga a frase que mudaria tudo a partir dali: “Mas não é sujeira, Edilma. É sangue”.

Edilma do Nascimento Barros, 55 anos, é uma mulher preta, moradora da Ocupação Emmanuel Bezerra há cerca de um ano e quatro meses, desde quando o grupo ainda ocupava outro endereço. Mãe de cinco filhos adultos, Edilma é uma senhora séria e calada nos primeiros momentos.



Edilma Barros em seu barraco na Ocupação Emmanuel Bezerra
Foto: Francisca Pires

Tem o olhar desconfiado de quem já viveu muita coisa nessa vida, mas não demora muito para se soltar e revelar a mulher sorridente e comunicativa que vive em si. “Quero minha foto com o absorvente! Se é para falar de menstruação, melhor que a foto seja com um absorvente. Concorda?”. E teria como discordar, dona Edilma?

O fatídico dia do short branco aconteceu quando Edilma tinha 13 anos. Sua menarca, nome dado à primeira menstruação da mulher e uma das últimas fases da

puberdade, chegou sem aviso prévio, estragando sua vez de brincar na hora da amarelinha. Depois de se abaixar e confirmar a informação assustadora de que estaria sangrando, a menina correu para casa e, envergonhada, tentou inventar para sua avó que tinha se cortado. A avó, por sua vez, munida dos conhecimentos que adquiriu com a vida, logo desmascarou a neta em negação e afirmou sem sombra de dúvidas: “Não, minha filha, você se formou. É uma mocinha”.

Edilma não

recebeu com naturalidade o novo título de “mocinha”. Se escondeu dentro de casa e evitava encontrar com as amigas por causa da vergonha que acreditava ter passado, principalmente, porque na ocasião dois amigos homens também estavam presentes. Desse dia em diante, toda vez que estava menstruada e ouvia alguma de suas amigas chamar para brincar na rua, Edilma suplicava à avó que dissesse que ela estava doente. “Ela tá com dor de cabeça”, gritava de volta a senhora que com todo amor que tinha pela neta, jamais lhe causaria mais constrangimentos. Mesmo contando com a cobertura da avó, a falsa doença de Edilma logo foi desco-

berta. Uma amiga soube, passou para outra que passou para outra e nesse telefone sem fio todo grupo de amigos ficou ciente da nova condição da menina. “Foi por vergonha”, respondeu quando perguntada do porquê das suas mentiras mensais.

A vergonha avassaladora que tomou conta da menina Edilma pode ser justificada pelo medo do desconhecido. Ela conta que antes da menstruação se tornar uma realidade, desesperadora por sinal, nunca ninguém tinha chegado até ela para trazer o assunto. Nem a mãe, nem a avó e também nenhuma outra mulher do seu convívio. “E agora, vó, o que eu faço?” perguntou sem saber quais eram os próximos passos que uma mocinha precisaria ter nesse momento. Depois de alguns minutos afastada, sua avó voltou com um pedaço de pano cortado, dobrou duas vezes e explicou a ela como usar, higienizar e quando era hora da troca.

Felizmente, a água encanada sempre fez parte de sua vida e, sobre as trocas, Edilma lembra com clareza que sempre foram várias: “Tinha nojo do sangue”, revela. O estoque de paninhos e as lavagens recorrentes fizeram parte de toda infância e adolescência da mulher. O primeiro absorvente descartável tornou-se possível apenas aos dezoito anos quando, ao receber seu primeiro salário

como cuidadora de um idoso, Edilma correu para garantir o meio mais prático e seguro de manejar sua própria menstruação. “Com o paninho a gente nunca está segura. Ele vaza, sabe? Eu sei que depende do fluxo da mulher, mas, comigo, sempre vazava”, desabafa. É importante destacar, porém, que durante sua vida adulta nem sempre Edilma teve condições de seguir com o absorvente descartável. Usou o paninho em várias outras ocasiões e conta que até dentro do ônibus sua menstruação chegou a vazar, fazendo com que se sentisse constrangida na frente de todos.

O princípio de AVC (Acidente Vascular Cerebral), decorrente da alteração do fluxo de sangue ao cérebro, comprometeu a mobilidade de um dos seus braços e somado a uma forte dor na coluna, ceifou sua capacidade física de trabalhar. Antes disso acontecer, Edilma trabalhou em pousadas, restaurantes e casas de família na Grande Natal. O desemprego atual, porém, não tem mais impacto sobre o manejo de sua menstruação, isso porque Edilma entrou na menopausa precocemente, aos 39 anos. A menopausa corresponde ao último ciclo menstrual, ou seja, a última menstruação de uma pessoa com útero. Ocorre, em geral, entre os 45 e 55 anos



Tinha nojo do sangue”

Edilma
Moradora da
Ocupação
Emanoel Bezerra

e, nesse sentido, quando ocorre por volta dos 40 anos, ou como no caso de Edilma aos 39 anos, é chamada de menopausa prematura ou precoce. Mas, quanto a isso não há nada com que se preocupar. Sua saúde ginecológica sempre foi uma prioridade e Edilma conta que nunca deixou de fazer o exame Papanicolau, conhecido popularmente como preventivo.

“Depois que eu tive meu último filho, passei a sentir muitas cólicas. Meu fluxo de sangue aumentou muito e cheguei a passar quinze dias menstruada”, conta. Preocupada, Edilma recorreu a uma médica que lhe assegurou que todo esse quadro era normal. A mulher, porém, não se convenceu e exigiu que a profissional lhe encaminhasse para um exame preventivo que, por sua vez, como havia sido previsto, deu tudo normal. Edilma não se conformou e cansada das dores insistentes juntou seu dinheiro do Bolsa Família, programa que transfere renda com con-

dicionais a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, e fez uma ultra-transvaginal. Esse exame sim satisfaz sua inquietude, pois, acusou um cisto no útero. “Eu não me conformava que era normal. Sentir dor não é normal”, protesta. Depois da remoção do cisto, Edilma nunca mais sentiu dores.

Quando questionada sobre a importância de existir um programa social voltado para a distribuição gratuita de absorventes descartáveis, Edilma fica reflexiva e dispara: “Olha, sobre isso eu não consigo nem explicar”. Na sequência, porém, se contradiz e explica: “É porque eu fico pensando na situação das pessoas que estão na rua. Não tem dinheiro para comprar comida, imagine um pacote de absorventes. É muito triste”. O termo “pobreza menstrual” para ela é muito novo. Foi apresentado através de um grupo que foi na Ocupação entregar uma doação de absorventes e conversar com as moradoras sobre a questão. Edilma caminhou com a pobreza menstrual por anos, mas só soube que era uma de suas vítimas quando lhe contaram. A menina de treze anos brincando de amarelinha e a mulher adulta que vazou dentro do ônibus compartilham da mesma dor: a vergonha de sangrar.



A GENEROSIDADE DE UMA MÃE QUE TAMBÉM SANGRA

Óculos de grau, regata roxa, tatuagem e cabelos com mechas. A aparência jovial e despojada, acompanhada de um tímido “Por favor, só não repara na bagunça”, apresenta Eleide Cristiana em sua essência mais pura. Aos 36 anos, ela é mãe de quatro filhos homens que, por ironia do destino, nunca vão entender na prática o sacrifício que sua mãe precisou fazer mensalmente durante um longo tempo. Foi exatamente quando se tornou mãe que seu período menstrual se transformou em uma angústia.

Eleide menstruou pela primeira vez aos onze anos. Com o olhar reflexivo de quem puxa do fundo da consciência uma memória, ela conta que tomou um susto porque não entendia o que estava acontecendo com seu corpo. Apesar da confusão inicial, ela teve acesso garantido a absorventes descartáveis e,

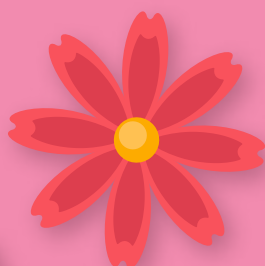
Eleide Cristiana e sua cortina de cetim azul na Ocupação Emmanuel Bezerra

Foto: Francisca Pires



posteriormente, a uma explicação do que representava aquele momento. Enquanto morou com os pais, sua vida menstrual seguiu tranquilamente. Estudou em escola particular bem estruturada e o acesso a água encanada, produtos de higiene e absorventes nunca lhe faltou. Até o momento em que saiu de casa. Depois de casar e ter seu primeiro filho, há vinte anos, o cenário mudou e a mãe se viu obrigada a retirar o absorvente da sua lista de prioridades. Para que nada faltasse ao seu filho, Eleide por muito tempo sangrou calada.

Um levantamento nacional*, coordenado pela antropóloga Mirian Goldemberg mostrou que, ao longo da vida, uma mulher gasta de R\$ 3 mil a R\$ 8 mil com absorventes, valor exorbitante, sobretudo, para uma mãe. Eleide não teve acesso ao levantamento, mas conhece na prática o impacto desse cálculo: “Absorvente é muito caro.



Já cheguei a passar sete dias menstruada, quanto gastaria?” constata imaginando o quão gigante seria esse valor. Sem outro tipo de solução, recorreu aos paninhos que não supriam o que seu fluxo menstrual exigia. Certa vez sua roupa manchou de sangue na rua graças a um vazamento do tal paninho. A cena é relatada por Eleide com o constrangimento de quem cometeu um crime e por medo do episódio se repetir, ela conta que já deixou de ir ao trabalho, ao médico e a outros tipos de compromisso, “Eu não tinha dinheiro para comprar, nem tinha como conseguir. Então, simplesmente, não ia”.

Uma presente e incômoda companheira dos ciclos de Eleide também são as cólicas menstruais. Por muitas vezes sentiu as dores sem acesso à medicação e nesses

momentos recorria ao chão frio onde se deitava na tentativa de amenizar a dor. Agora a situação envolvendo o período menstrual é um pouco mais tranquila. Graças às doações de absorventes que a Ocupação recebe, o fato de ter sido demitida do seu emprego como auxiliar de serviços gerais durante a pandemia não a obrigou a voltar para o uso dos paninhos. Pelo contrário, hoje a mulher é um exemplo de generosidade e ajuda outras mulheres que se encontram em situação de maior vulnerabilidade que a dela. “Sempre que eu tenho, eu divido!”, declara. O tabu que existia sobre o assunto também foi superado. Eleide declara que não se sente mais desconfortável ao tratar do tema, principalmente por causa

do trabalho voluntário das pessoas que já estiveram na Ocupação falando sobre menstruação.

O semblante de tranquilidade muda, porém, quando ela se recorda da vez em que uma moça entrou pelos corredores da Ocupação coberta de sangue menstrual, “Ela andava e a gente via como estava completamente melada”. Eleide então a chamou e deu um pacote de absorvente para que pudesse trocar e fazer uso pelos próximos dias, pois segundo ela, o que a gente tem, é preciso doar também. Sua generosidade, digna de quem é uma mãe, vai muito além de uma questão de caridade, é a ajuda de quem viveu o problema e gostaria de ter tido também uma mão estendida. É a identificação de quem também já sangrou muito por alguns corredores sem ter como conter.

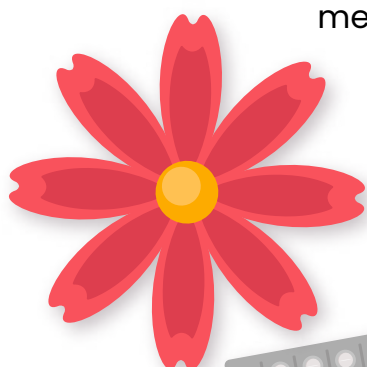


Absorvente é muito caro. Já cheguei a passar sete dias menstruada, quanto gastaria?”

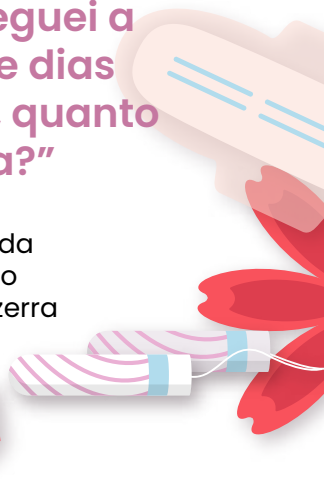
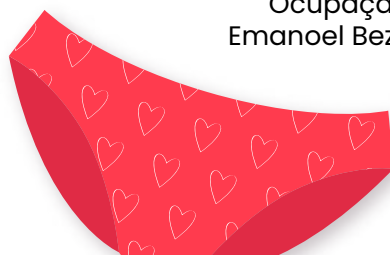
Eleide

Moradora da
Ocupação
Emanoel Bezerra

*“Sem dinheiro para absorventes 1 em cada 4 jovens já deixou de ir à aula por menstruar”
<https://www.hype-ness.com.br/2021/05/sem-dinheiro-para-absorventes-1-em-cada-4-jovens-ja-deixou-de-ir-a-aula-por-menstruar/>



8



FORA BOLSONARO



A porta enfeitada por uma foto de Emmanuel Bezerra dos Santos, militante político potiguar durante o período da ditadura militar no Brasil, ao lado dos dizeres “Emmanuel Vive” e um adesivo preto escrito “Fora Bolsonaro” denunciavam que dentro daquele pequeno lugar vive uma jovem com grandes convicções políticas. A suspeita logo se confirma com a materialização de Andreza Medeiros, de 25 anos. No braço, uma tatuagem de uma planta que se parece muito uma espada-de-são-jorge; no rosto, o sorriso de uma mulher muito bem articulada.

Andreza fala muito bem, pausadamente e muita segura de cada palavra. As batidas na porta sinalizando o início da entrevista interrompeu uma pesquisa no notebook, usado anteriormente para o trabalho, que assim como o de vários outros brasileiros, durante a pandemia, estava sendo realizado de casa no chamado home office. Ao

lado dele, um recipiente com pincéis capazes de deixá-la tímida de uma hora para outra. “É que eu tenho muita vergonha, sabe?”, se limita a dizer sobre a possibilidade de mostrar uma de suas pinturas.

Faziam exatos sete dias que Andreza tinha sido demitida de uma grande empresa de Telemarketing de Natal. A pandemia, como para outras tantas mulheres, inclusive desta reportagem, foi a justificativa. Na Ocupação ela chegou há cerca de um ano, junto com sua mãe. Antes disso, as duas moravam em uma casa com o ex-companheiro da matriarca na conhecida rua do Motor que cruza a Praia do Meio e Areia Preta. A união acabou e Andreza precisou substituir

a vista para a praia pelo pequeno alojamento do galpão no bairro da Ribeira. Assim como os demais moradores, as duas esperam a entrega de sua moradia própria, prevista para o fim deste ano.

Com muita tranquilidade Andreza conta que menstruou pela primeira vez aos onze anos. Não estava esperando, porém também não sofreu um grande susto: “Felizmente eu estava em casa quando aconteceu, minha mãe estava comigo e me ajudou. Foi muito tranquilo”. A pauta menstruação já havia sido abordada antes de acontecer de fato, segundo ela, a mãe já tinha a alertado sobre a possibilidade de estar perto de acontecer sua menarca e, de modo

muito geral, que isso significava seu crescimento enquanto mulher. Ao contrário da grande parte das mulheres, Andreza foi instruída sobre a chegada desse momento, o que se tornou grande tranquilizador para ela.

O “Já sim” quando perguntada sobre a falta de acesso a absorventes sinalizava que a tranquilidade de viver seus ciclos menstruais havia sido interrompida em algum momento. Segundo Andreza, sua mãe não trabalha há muitos anos e essa situação fez com que existissem meses em que elas simplesmente não tivessem condições de bancar os materiais necessários para o cuidado de duas pessoas menstruadas. Sem condições de gastar em dobro, roupas velhas e trapos eram uti-

lizados como solução para ambas as mulheres.

O sorriso de Andreza cessa por um momento. “Humilhante” É como resume a situação em que vivia. Tanto ela quanto a mãe faziam o que podiam para arrumar algum dinheiro para comprar absorventes e evitar que o período menstrual fosse inteiro levado com uma solução improvisada.

A irritação por se sentir suja é um sentimento que ainda não tinha sido relatado por outra mulher nas entrevistas anteriores. Tristeza, medo, angústia, vergonha, sim. Mas sobre irritação e raiva, foi a primeira a relatar. Nada mais condizente com a sinceridade de uma jovem com ideias tão revolucionárias. O que pode ser mais irritante para alguém que a violação de um direito básico?

Falando em violação de direitos, o presidente Jair Bolsonaro, vetou em outubro de 2021 os artigos 1º e 3º do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Os artigos previam a entrega de absorventes descartáveis para estudantes de baixa renda de escolas públicas, pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social extrema e presidiárias. Como justificativa, argumentou que o texto do projeto não estabeleceu fonte de custeio. Cinco meses depois, no dia da mulher (8 de março),



Andreza Medeiros em frente ao seu barraco na Ocupação Emmanuel Bezerra

Foto: Francisca Pires

Bolsonaro editou e assinou um decreto para proteção da saúde menstrual e distribuição gratuita de absorventes e outros itens de higiene.

Ao contrário do projeto de lei, aprovado no congresso, o decreto possui várias lacunas sobre prazos, público alvo e fonte de financiamento. “O que Bolsonaro vem fazendo ao longo dos últimos 2 anos é chacota, é piada da nossa luta, mesmo sabendo que nossas meninas perdem 45 dias de aula por ano por não terem um absorvente; que mulheres em situação de rua, que mulheres em situação de cárcere, por usarem um miolo de pão, um jornal sujo, um lençol rasgado, adquirem infecções e muitas são internadas”

afirmou, em entrevista ao portal G1, a deputada Tábata Amaral (PSB-SP).

Quarenta e oito horas depois, no dia 10 de março, o Congresso Nacional decidiu derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. O veto foi derrubado por 426 votos a 25, na Câmara, e, no Senado, por 64 a 1. Andreza não poderia ter escolhido um adesivo melhor para colocar na sua porta. O grito “Fora Bolsonaro” é ainda mais significativo para mulheres que sofrem na pele as violências do seu mandato.

Andreza também não conhecia a pauta da pobreza menstrual, pelo menos não com esse nome. Mas, não tem a menor sombra de dúvidas do quanto a falta de recursos para o manejo da sua menstruação prejudicou seu desenvolvimento como pessoa. “Já cheguei a faltar aula várias vezes. O trapo que eu usava era muito desconfortável, não dava”. O relato de Andreza, infelizmente, é só mais um no país em que uma em cada quatro jovens já faltou à aula por não poder comprar absorvente.

“Eu tinha uma casa. Às vezes minha mãe pegava uns bicos e mesmo assim a gente não conseguia comprar, já era complicado. Imagina quem nunca teve nada?” Argumenta sobre a distribuição gratuita de absorventes para mulheres

em situação de vulnerabilidade. Andreza defende que, principalmente, mulheres em situação de rua que não têm acesso a água encanada e produtos de limpeza para manutenção dos chamados paninhos, recebam absorventes descartáveis e, assim, tenham o mínimo da dignidade necessária para viver. É perceptível nos olhos dela o quanto a luta pelos direitos das demais perpassa seu desejo de ressignificar parte de sua própria história.

Timidamente Andreza confia que ter vindo morar na Ocupação teve seus pontos positivos. Deu uma pausa como se escolhesse as melhores palavras para explicar e então concluiu: “É que hoje eu não tenho mais preocupação com absorvente, sabe? Recebemos muitas doações e, além disso, às vezes vêm pessoas conversar com a gente sobre esses temas”. A fala mistura alívio com uma espécie de culpa.

A ferida da humilhação de não ter básico para viver com dignidade nunca estanca. Revisitar essa dor é visivelmente delicado para Andreza e o encontro da sua vulnerabilidade com a força que precisou adotar para si é um fenômeno interessante de observar. Com toda educação que possui, sentindo que já tinha se exposto o suficiente, Andreza finalizou a entrevista sem mostrar uma pintura sua sequer.

Mulher



de fases

Hélida Alves da Silva concede entrevistas como se isso já fizesse parte do seu ofício. Super à vontade, conversa deitada na sua cama e o microfone em nenhum momento parece lhe intimidar. Conforme ela vai se mostrando, é notório que, na verdade, poucas coisas na vida lhe intimidam. Héliida é mãe de dois filhos, um casal cuja menina é a única a morar consigo e será apresentada nesta reportagem em breve. Quando ouve a pergunta sobre gostar de morar na Ocupação Emmanuel Bezerra rebate de forma precisa: “Não é questão de gostar, e sim, de lutar pela minha moradia!”. Pois é, Héliida, você tem toda razão.

Apesar disso, des-

taca que o lugar onde vive é tranquilo e que já conhecia como funcionava uma ocupação porque, quando mais jovem, visitava sua mãe que morava em uma. Falando de quando era mais jovem, Héliida não consegue se lembrar com exatidão de quantos anos tinha quando sua menarca chegou, “Deve ter sido com 12 ou 13, não me lembro bem”. Apesar de não lembrar sua idade, ela lembra com clareza das conversas que tinha com sua mãe antes de menstruar pela primeira vez. Foi instruída do que aconteceria e munida dos conselhos que tinha escutado não ficou nem um pouco nervosa ou assustada com a nova fase.

Uma observação curiosa que Héliida faz é de que seu fluxo menstrual foi variando confor-

me as fases da sua vida. As primeiras menstruações eram intensas, duravam muitos dias e eram acompanhadas de dores e fluxos grandes. Quando foi mãe, o fluxo diminuiu e passou a se prolongar bem menos. Hoje, aos 35 anos, os ciclos voltaram a se intensificar. Sente cólicas, muita dor de cabeça mas, por sorte, já se acostumou com as variações do seu ciclo e lida bem com elas.

Difícil de lidar mesmo, segundo ela, é com a falta de dinheiro para comprar o absorvente descartável. “Quando a pessoa tem um pai ou uma mãe para pedir é uma coisa. Agora quando depende da gente e estamos desempregados, fica sem condições”. Para Héliida já houve um tempo em que comprar absorventes era barato, mas

hoje em dia, seguindo a lógica do aumento de preço de todos os produtos possíveis, virou artigo de luxo. Nascida em Santa Cruz, Héliida morou de aluguel por muitos anos. Sem condições financeiras de manter a casa e os itens necessários à sobrevivência da família, se mudou para Natal assim que soube da Ocupação. O gasto mensal muito alto com aluguel é uma das justificativas que a mulher aponta para a volta da pobreza menstrual em sua vida. Quando mais nova já tinha usado por diversas vezes pedaços de pano para conter seu sangramento.

“Mainha cortava uns paninhos e arrumava tudo na minha gavetinha”, lembra de forma saudosa até. O carinho dos detalhes torna menos dolorosa a lembrança

de não ter acesso a um meio mais prático e seguro de lidar com sua menstruação. “O absorvente já é próprio para aquela finalidade, então vem no tamanho certo e encaixa na calcinha. O pano não. Vaza, fica um ‘bolo’. É muito ruim”, avalia. Hélida conta que já aconteceu de estar na rua e pessoas desconhecidas irem até ela avisar que sua roupa estava manchada. Envergonhada, chegou a voltar para casa diversas vezes.

Com ajuda de programas como bolsa família e bolsa escola, Hélida comprava absorventes para si e para filha adolescente sempre que podia. Porém, graças às demais despesas da casa, nem sempre era possível realizar a compra mensal.

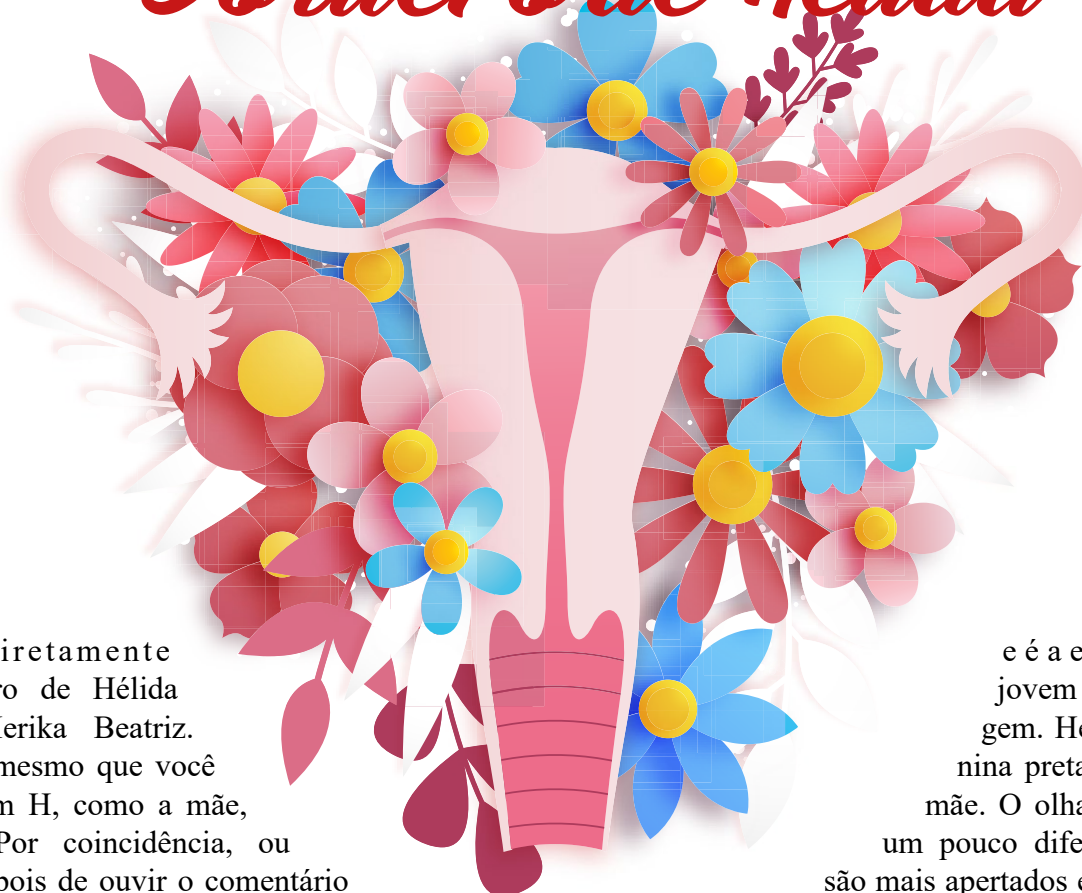


Hélida da Silva em sua cama na Ocupação Emmanuel Bezerra

Hoje, as doações que recebem não permitem que essa realidade volte a assombrá-la. A generosidade de pessoas que nem conhece garante um ciclo menstrual tranquilo para Hélida e sua filha.

Quando fala da casa própria, prometida pelo governo para daqui há seis meses, sorri como criança. Fala dos planos de colocar em um som alto uma música que gosta, fazer um churrasco e tomar uma cervejinha. As regras da Ocupação não permitem a realização desses desejos e por este e mais outros vários motivos, ela sonha acordada com seu próprio espaço. Hélida é como várias outras brasileiras, mais uma Silva, esperando sua estrela brilhar.

Do útero de Hélida



Diretamente do útero de Hélida veio Herika Beatriz. Assim mesmo que você leu: com H, como a mãe, e K. Por coincidência, ou não, depois de ouvir o comentário de que seu nome parecia de artista olhou para criança que bisbilhotava entre a fresta da porta e gritou: “Dá licença? Estou dando uma entrevista!”. Herika tem 14 anos, mora com Hélida na Ocupação

e é a entrevistada mais jovem desta reportagem. Herika é uma menina preta, assim como a mãe. O olhar, no entanto, é um pouco diferente. Os olhos são mais apertados e o sorriso já faz parte do rosto de uma forma que não parece ser possível desfazer. Segura o microfone muito animada e conta as histórias com o entusiasmo que só uma adolescente cheia de sonhos teria.

Herika fala sobre sua menarca como um fato que acabou de acontecer. Há apenas dois anos, quando tinha completado 12, a primeira menstruação chegou sem aviso prévio e, adivinhem, deu o que falar. A menina andava em uma bicicleta emprestada que pertencia a um amigo. Logo um homem. Ao entregar o transporte ao dono foi surpreendida pela indagação do rapaz “Herika, minha bicicleta está suja de sangue”. Com a mão no rosto e ar de riso, a menina lembra constrangida, “Oh meu Deus, que vergonha, boy!”. Note como a presença de uma figura masculina é sempre apresentada pelas entrevistadas como um agravante para o constrangimento que existe após um vazamento menstrual. É como se sentissem mais vulneráveis e fossem mais julgadas. O que, considerando opressão imposta pelo patriarcado, muitas vezes de fato acontece.

Felizmente a conversa aberta sobre menstruação foi algo passado de geração para geração. Assim como sua avó conversou com sua mãe, Héliida também deixou claro para filha como aconteceria esse processo natural do corpo de toda menina como ela. É muito notório o quanto as mulheres que têm acesso ao mínimo de informação, seja em casa ou na escola,



Por ser menor de idade, Herika Beatriz tem seu rosto preservado na Ocupação Emmanuel Bezerra

tem uma menarca muito menos traumatizante. Herika, também como sua mãe, não passou ileso pelo uso do pano na falta de absorvente descartável. Segundo a menina, a situação se repetia sempre que faltava dinheiro na casa e, com isso, o medo de sair de casa e ter a menstruação vazada novamente começou a acompanhá-la.

“Quando eu vou em um supermercado e vejo um pacote pequeno de absorvente por seis ou sete reais, fico assustada. É caro demais” desabafa a menina. Assim como as demais, Herika destaca que quando foi morar na

Ocupação, a compra de absorventes deixou de ser uma angústia. Nas aulas da escola Isabel Gondim, onde estuda em tempo integral, não corre mais risco de faltar. As doações suprem a necessidade mensal e menstruar foi, aos poucos, se tornando só mais uma característica de ser mulher. De estar se formando mulher. A menina estava esquentando seu almoço quando a entrevista começou. Depois de responder a várias perguntas, olhou com um ar de quem já tinha dado tudo que podia oferecer e soltou: “E sobre você, não fala nada? Diz ao menos quantos anos tu tem?”.

Herika fala rápido, quase que sem vírgulas. É como se tivesse pressa de ser ouvida.

Ao contrário de dona Edilma, primeira e mais velha entrevistada, se soltou logo de cara. No entanto, curiosamente, a história da menarca das duas se unem em várias semelhanças. Ambas estavam na rua brincando, sujaram a roupa, foram avisadas, tinham homens presentes e correram para casa. O medo de sair também fez parte da vida das duas. Os 41 anos de diferença entre Edilma e Herika somem aos poucos à medida que suas histórias se cruzam de certa forma. É muito difícil explicar em palavras a conexão que existe entre pessoas que menstruam.



Quando eu vou em um supermercado e vejo um pacote pequeno de absorvente por seis ou sete reais, fico assustada. É caro demais”

Herika
Moradora da
Ocupação
Emanuel Bezerra

PROJETO LUAS



**CONHEÇA
O PROJETO**

Carregando no nome a misticidade e a força do único satélite natural da Terra e quinto maior do Sistema Solar, o Projeto Luas, assim mesmo no plural, atravessa a vida de milhares de pessoas que menstruam. A iniciativa já existia nos planos de suas fundadoras desde 2019, mas foi no ano seguinte e durante a pandemia de Covid-19, junho de 2020, que o Luas nasceu de fato. Falando em suas fundadoras, Érica Iglesias, 35 anos e Servidora Pública, Samara Tatiana, 32 anos e

professora e Layla Linhares, 29 anos e advogada, formam a equipe por trás do coletivo de mulheres unidas em prol da arrecadação e doação de absorventes a mulheres e homens encarcerados ou em situação de vulnerabilidade no município de Natal e estado do Rio Grande do Norte. A ação visa, sobretudo, promover a igualdade de acesso à dignidade menstrual.

Érica Iglesias conta que o Luas entra em campanha a cada três meses, aproximadamente,

e é através do Instagram (@projetoluas) que conseguem arrecadar os recursos. "As doações são feitas preferencialmente em dinheiro, pois os kits, cada um com dez absorventes, são padronizados em uma embalagem com nosso carimbo. Só então, depois de embalados, distribuímos." explica. Após a realização de quatro campanhas independentes e mais algumas outras, realizadas através de parcerias, o coletivo conseguiu arrecadar e distribuir mais de 20.000 absorventes.

As mulheres desta reportagem, moradoras da Ocupação Emmanuel Bezerra, tiveram suas histórias entrelaçadas pelo projeto através das ligações já existentes com outras iniciativas. “Nós começamos a doar os kits para alguns projetos como a Pastoral Carcerária, a Sopa Viga e o Humanas da Rua e eram eles que faziam as entregas na ocupação”, relata Érica. No entanto, a primeira visita oficial para distribuição de absorvente na Emmanuel Bezerra veio somente um tempo depois, através de uma pessoa conhecida que já realizava a entrega de coletores menstruais e convidou o Projeto Luas para esse movimento de entregar pessoalmente os recursos na ocupação. Hoje, o Luas contempla a maior parte das ocupações do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), onde acontecem entregas fixas periodicamente. Além disso, existem as entregas no Complexo Penal Dr. João Chaves (Pavilhão Feminino) e no Centro de Detenção Provisória de Ceará-Mirim.

Existem muitos mitos e crenças populares que relacionam o ciclo menstrual com as fases da lua.



Absorventes empacotados para distribuição pelo Projeto Luas

Alguns acreditam que o poder e o magnetismo do satélite é capaz de regular a menstruação ou influenciar diretamente nos comportamentos de pessoas com útero. Aqueles mais céticos, podem argumentar que, cientificamente falando, não há estudos que comprovem de fato alguma relação entre os fatores. É o caso da pesquisa da Dra. Marija Vlajić Wheeler, PhD em Astrofísica pela Universidade de Oxford, que analisando 7,5 milhões de ciclos não encontrou nenhuma indicação de que o período começa predominantemente durante a lua nova como afirma a correlação mais sugerida entre os ciclos lunar e menstrual.

Por outro lado, seu estudo também comprovou que, considerando a média global do ciclo menstrual de 29 dias e o fato de que ciclo lunar dura 29,5 dias, estatisticamente falando e com uma distribuição aleatória das datas de início do período, é provável que 1 em cada 2 mulheres tenha o início de seu período menstrual mais ou menos 3 dias a partir da lua cheia ou da lua nova. Estabelecida ou não uma relação direta, o fato é que pessoas com útero são cíclicas, plurais e, em algumas culturas, até sagradas. Desse modo, merecem acesso à dignidade menstrual, para assim, serem livres para menstruar sem preocupações ou prejuízos.

O QUE DIZEM AS LEIS

Conforme já foi relatado anteriormente, em outubro de 2021, o presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) vetou trechos da lei que instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214/2021). Como justificativa para o veto, Bolsonaro argumenta que o texto do projeto não estabelece fonte de custeio. No entanto, o texto, aprovado em agosto pela Câmara dos Deputados e em setembro pelo Senado Federal, previa que o dinheiro viria dos recursos destinados pela União ao Sistema Único de Saúde (SUS) – e, no caso das presidiárias, do Fundo Penitenciário Nacional. A lei é fruto do PL 4968/2019, da deputada Marília Arraes (PT-PE), e previa a distribuição para estudantes de baixa renda de escolas públicas e pessoas em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade.

A notícia trouxe à tona a discussão acerca da pobreza menstrual no Brasil e da necessidade da criação de políticas públicas que tragam soluções para a questão. Cinco meses depois, no dia da mulher (8 de março), Bolsonaro editou e assinou um decreto para proteção da saúde menstrual e distribuição gratuita de absorventes e outros itens de higiene. Ao contrário do projeto de lei, aprovado no congresso, o decreto possui várias la-

cunas sobre prazos, público alvo e fonte de financiamento. Quarenta e oito horas depois, no dia 10 de março, o Congresso Nacional decidiu derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. O veto foi derrubado por 426 votos a 25, na Câmara, e, no Senado, por 64 a 1.

Antes mesmo da assinatura do decreto, no Rio Grande do Norte, o cenário já era mais animador. Pouco tempo após do veto presidencial, o governo do estado sancionou a Lei nº 10.947/21, de autoria do deputado estadual Kelps Lima (Solidariedade), que prevê a criação de um programa de conscientização sobre a menstruação, além da universalização de acesso ao absorvente pelas alunas da rede pública a partir do Ensino Fundamental II; adolescentes infratoras que cumprem medidas socioeducativas; presidiárias; adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade. Já em Natal, especificamente, a Câmara Municipal também aprovou em outubro de 2021, o Projeto de Lei 83/2021 da vereadora Brisa Bracchi (PT) que institui a obrigatoriedade de distribuição de absorventes higiênicos a pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Projetos de lei como

esses legitimam a seriedade da pauta e promovem caminhos para solucionar a problemática a curto, médio e longo prazo. Como muito foi mostrado nesta reportagem, ainda que a menstruação possa parecer algo simples e banal, a falta de absorvente afeta 28% das mulheres brasileiras de baixa renda, segundo uma pesquisa desenvolvida pela Johnson & Johnson Consumer Health, juntamente com os Institutos Kyra e Mosaiclab. A porcentagem equivale a cerca de 11,3 milhões de brasileiras e, além disso, 30% das mulheres que participaram do estudo conhecem alguém que é afetado pelo problema da pobreza menstrual.

11,3 milhões de mulheres que são como Edilma, Eleide, Andreza, Héliida e Herika. Histórias atravessadas de pessoas que sangram. Biologicamente e metaforicamente por causa das feridas causadas pelo desejo não atendido de viver com o mínimo de dignidade. Feridas que não cicatrizam, mas que podem se tornar menos dolorosas à medida que a sociedade fala sobre o assunto e o poder público trabalha em prol de soluções para que as próximas gerações de meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias, não conheçam a dor de sangrar, todo mês, sem assistência.

Obrigada

*às mulheres corajosas desta
reportagem que aceitaram
revisitar suas dores e, mais
ainda, dividi-las comigo.*

Francisca Pires



**APOIE OS
MORADORES
DA OCUPAÇÃO
EMMANUEL
BEZERRA.**

**POBREZA MENSTRUAL E SEUS IMPACTOS:
RELATOS DE UMA NATAL QUE SANGRA**
| FRANCISCA PIRES |

JORNALISMO UFRN 2022